

ANTÓNIO QUADROS

LIVRO I

UMA ARQUEOLOGIA
DA TRADIÇÃO PORTUGUESA

- I PARTE — INTRODUÇÃO AO PORTUGAL ARQUÉTICO
- II PARTE — A ATLANTIDA DESOCULTADA
- III PARTE — O PAIS TEMPLÁRIO

Proximamente

LIVRO II

O PROJECTO ÁUREO
OU O IMPÉRIO DO ESPÍRITO SANTO

D. Finis, fundador do «Império» / A Ordem de Cristo e o Quinto Império / O Império Segundo Aviz / Decifração dos Painéis de Nuno Gonçalves / O Manuelino, código visível do Império

LIVRO III

A SAUDADE DA PÁTRIA PROMETIDA
E A RAZÃO CRIACIONISTA

Expansão e perdição / Sebastianismo e mito do Quinto Império / Decadentismo e Regeneracionismo / Racionalismo, Saudosismo e Filomitismo / Dialéctica da portugalidade e da europeidade / A poética do Portugal encoberto / Filosofia portuguesa e razão criacionista e telcológica

Capa de *Leonor Lopes Ferreira*

Imagem do séc. XVI

ANJO DE PORTUGAL

de Diogo Pires - o - Moço

ANTÓNIO
QUADROS

I

PORTUGAL
RAZÃO E MISTÉRIO



COTA	946.9 / 004
NÚCLEO
REGISTO	162
BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VISA	



INTRODUÇÃO AO PORTUGAL ARQUÉTICO
TIPO — A ATLANTIDA DESOCULTADA
O PAIS TEMPLÁRIO

GUNARVES EDITORES

tado de *De laude novae militiae*, em que expôs, desenvolveu e comentou os princípios por que devia reger-se o que chamava a «milícia de Deus»⁽²⁰⁸⁾, princípios inspiradores do ideal, da missão e do projecto a que deveria dedicar-se essa nova cavalaria.

Ao escolher S. Bernardo como seu guia nos últimos círculos do *Paráiso*, Dante teve em mente não só a pureza, o ascetismo e idealismo immaculado do monge cisterciense, como também, sugere Guénon e é óbvio, o seu papel decisivo como doutrinário da acção teoplária⁽²⁰⁹⁾.

No itinerário, no *epos* escatológico da *Divina Comédia*, Virgílio e Beatriz, a sabedoria antiga e o amor humano, tinham sido os primeiros guias do gibelino Alighieri. Agora, na última parte da epopeia (a partir do canto XXVI), o poeta-tólogo escolhe o monge simultaneamente activo e contemplativo, inspirador e doutrinador de Cister, de Claraval e do Templo, o devoto ardente de Santa Maria, para lhe ensinar os caminhos do Empírico. E S. Bernardo, o santo e o sábio iluminado que lhe explica a rosa celeste, é a oração por ele dirigida à Virgem que a faz interceder junto de Deus a favor do poeta interrogativo, idealista e transviado, é a sua mão que, com um gesto, lhe purifica a vista, *fazendo-o penetrar mais e mais na irradiação da Luz suprema que, pela sua essência, é a verdade*⁽²¹⁰⁾, até ao momento da iniciação em que, como cantou o florentino nos versos finais do poema, *como uma roda que se move num movimento uniforme, o meu desejo e a minha vontade / se regulavam pelo Amor, que move o sol e as outras estrelas*⁽²¹¹⁾.

Como escreveu Gilson no seu livro sobre o Abade de Claraval, não se pode compreender o sentido último da *Divina Comédia sem ter tomado contacto com a pessoa e a teologia mística de S. Bernardo*⁽²¹²⁾. E se Beatriz se retira e delega no seu lugar esse homem transfigurado pelo amor à imagem de Cristo, disse, *é para dar lugar à caridade cisterciense no seio da qual nasce ou pode nascer a visão de Deus, é para abrir caminho à unidade viva do conhecimento e do amor místicos, em grandiosa empresa que S. Bernardo representa, no duplo plano da acção no mundo e no tempo* (Ordem Templária ao serviço da Monarquia Universal) e da missão espiritual

e religiosa (Ordem de Cister ao serviço de uma Igreja purificada e ascética).

3 — O país templário

Recorde-se que foi a partir de 1143, isto é, após a reunião de D. Afonso Henriques em Zamora com Afonso VII de Castela, na presença do legado do Papa Inocêncio II, que o primeiro viu enfim reconhecido o título de *rex*, que aliás já usava⁽²¹³⁾; e que, depois das suas dificuldades com o Papa Lúcio II, o qual um ano depois, o Papa Eugénio III, que encontrou protecção e colaboração inequívocas, até que em 1179, o Papa Alexandre III reconhecesse enfim *de jure* o reino de Portugal.

Ora Inocêncio II devera humanamente o Pontificado a S. Bernardo, que lhe dera o seu decisivo apoio no cisma que o opusera ao antipapa Anacleto II; quanto a Eugénio III, antes Bernardo de Pisa, tinha sido, como já apontámos, monge de Claraval, sob a sua autoridade, devendo-lhe também a eleição.

O mesmo é dizer que D. Afonso Henriques ficou a dever a aprovação da sua investidura ao Abade de Claraval, verdadeiro patrono espiritual do reino. Na Sala dos Reis do Convento de Alcobaça, pode ver-se ainda hoje, efectivamente, a imagem de S. Bernardo e do Papa Eugénio III, ambos coroando o nosso *rex*.

Assim a *paideia* românica e gótica segundo o modelo cisterciense-templário recebia em Portugal, no alvor da nacionalidade, através do «investimento» espiritual do templário Afonso de Borgonha, primeiro rei de Portugal, que quase imediatamente fundou a Abadia cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, a herança de uma filosofia da história de raiz agustiniana e orosiana, actualizada teológica e praticamente pelo pensamento e pela acção de S. Bernardo, que pouco depois conduziria à *teoria das duas beatitudes* e ao conceito de *Império*, de Dante, e ao sistema poético-filosófico da *Divina Comédia* e da *Monarquia*. O grande poeta, contemporâneo de D. Dinis, influenciou-o decisivamente, como veremos no Vol. II. É impor-

tante conhecer a história política, sociológica e económica de Portugal. Mas a história espiritual precede-a, fazendo-nos descobrir, não só as mais profundas motivações, patentes ou ocultas, dos fenómenos, mas também a continuidade teleológica que a torna presente e constantemente futurível em nós...

Parece-nos necessário acentuar e mostrar, pois, como a difícil afirmação do Estado português, a consolidação da monarquia lusitana, o triunfo de uma unidade nacional em geral há séculos, e com um passado longo de autonomia cultural dentro da Península, no quadro da estrutura ideológica e espiritual ceste-europeia e católica, nos dois séculos que medeiam entre o reinado de D. Afonso I e de D. Dinis, a partir do qual o país entrará num novo ciclo histórico, se fazem sobre o alicerce idealista de um espírito de cruzada personificado por uma fidelidade ou mesmo por uma obediência espiritual cisterciense, bernardina e templária.

Sabe-se que os Condes borgnezes chegam à Península nos finais do século XI a convite de D. Afonso VI, de Leão e de Castela, como fronteiras e em espírito de cruzada para o auxiliar na defesa contra os almorávidas. Enquanta o Conde D. Henrique casa com D. Teresa, filha de D. Afonso VI, o Conde D. Raimundo, seu primo, casa com D. Urraca, irmã de D. Teresa. D. Raimundo é filho de Guilherme I, Conde de Borgonha, e primo do Duque Eudes de Borgonha. Por seu turno D. Henrique é irmão deste último e sobrinho-neto do Abade da Ordem de Cluny, D. Hugo.

Por outras palavras, faz-se na Península cristã a implantação de uma super-estrutura aristocrática e feudal borgneza, portadora do espírito de Cluny e logo depois de Cister e Claraval, conquistando raízes nos territórios onde se instalou, muito em especial no Condado Português.

Aqui, o filho e herdeiro do Conde D. Henrique, depois da sua morte e em gesto de ruptura para com a sua Mãe, D. Teresa, exprime alguns anos mais tarde, com o apoio popular de imediato recebido, a vocação de independência deste velho território finistérico. Ao incorporar o embrião de um espírito nacional e nacionalista, D. Afonso Henriques já não é um Borgnhês, submetido à regra feudal, que quebra profissionalmente, mas um Português.

Note-se a coincidência de algumas datas significativas.

1115 — Fundação por D. Hugo, Conde de Troyes, do Mosteiro de Claraval, o mais importante dos Conventos da Ordem de Cister, de que o primeiro Abade foi S. Bernardo; sê-lo-ia até 1153, ano da sua morte.

1119 — Fundação da Ordem dos Templários ou Ordem da Cavalaria do Templo de Salomão por Hugo de Payens, Godofredo de Saint-Omer e mais sete cavaleiros, entre os quais um seria português, Arnaldo da Rocha⁽¹¹⁾; os Cavaleiros do Templo, devotados à defesa dos lugares santos da Palestina foram assim chamados porque o rei de Jerusalém, Balduino II, os estabeleceu numa ala do seu palácio contigua à Mesquita El Aksa, construída no lugar onde se situara o antigo Templo de Salomão.

1124 — No dia do seu 14.º aniversário natalício, *dia consagrado ao Espírito Santo*, D. Afonso Henriques, tendo envergado ele próprio a vestimenta guerreira, como era próprio das pessoas reais, foi armado cavaleiro ao pé do altar da igreja de S. Salvador, em Zamora⁽¹²⁾.

1126 — Primeira doação aos Templários em Portugal: Fonte Arcada.

1128 — Doação aos Templários, também por D. Teresa, do Castelo de Soure e de terras entre Leiria e Coimbra. Confirmação da Ordem no Concílio de Troyes, de que S. Bernardo foi o Secretário, sendo o seu principal artífice e redactor da regra então aprovada.

1128 — Vitória do Infante D. Afonso sobre sua Mãe na batalha de S. Mamede.

1131 — Redacção definitiva, por S. Bernardo, da Regra dos Templários.

1140 — Vitória de Ourique.

1143 — Reconhecimento do título de *Rex*, usado por D. Afonso Henriques. O Mosteiro beneditino de S. João de Tarouca passa à obediência de Claraval, seguido dos Mosteiros de Lafões, Salzedas, Sever, Fiães, Aguiar, S. Pedro das Águias ou Ermelo.

1147 — Conquista, por D. Afonso Henriques, de Santarém e de Lisboa. Cedência aos Templários das possessões e rendimentos das igrejas de Santarém.

1153 — Fundação do Convento de Santa Maria de Al-

cobaça, que passa a ser a cabeça e o centro espiritual e intelectual dos Cistercienses, sob jurisdição de Claraval.

1157 — Concessão aos Templários, por D. Afonso Henriques, de privilégios extraordinários: inviolabilidade de propriedades e de pessoas; isenção de tributo e de serviços; isenção de portagens; isenção de pagamento do dízimo dos terrenos que eles próprios cultivavam ou mandavam cultivar à sua custa; os Templários não podiam ser capturados, nem se lhe podiam exigir penalidades por crimes cometidos, sendo os pleitos decididos pela sentença de «homens bons».

1158 — Tomada de Alcácer do Sal. Gualdim Pais, 6.º Mestre dos Templários portugueses.

1159 — Doação aos Templários de vasto território de Cêras.

1160 — Construção, neste território, do Castelo de Tomar, com a sua Igreja e Charola, projecção arquitectónica da Cruz Templária, a Cruz das oito beatitudes.

1185 — Morte de Gualdim Pais, o Mestre que mais consolidou os domínios Templários em Portugal, os quais possuíam nessa altura os Castelos de Tomar, Almourol, Zêzere, Pombal, Idanha-a-Velha, Cêras, Cardiga, Sousa e Monsanto, entre outros, além de muitas propriedades em Lisboa, Sintra, Santarém, Leiria, Évora ou Beja. Mais Castelos e propriedades passaram para a sua posse logo com D. Sancho I. como Idanha-a-Nova, Nisa, Vila Franca de Xira ou Castelo Branco, que fundaram (313).

Tendem os historiadores, dominados pelos preconceitos ideológicos ou pelas ideias do tempo em que vivem, a verem na fundação, consolidação e expansão do reino português uma simples consequência das lutas e rivalidades feudais, das ambições senhoriais, dos desejos de poderio e de enriquecimento do Conde D. Henrique ou do Infante seu filho, ao que se acrescentaria quanto muito, o embate e a rivalidade entre a Cruz e o Crescente.

Há mais, muito mais, no entanto.

A Ordem militar do Templo e a Ordem religiosa de Cister nasceram de um poderoso surto idealista. Os Cavaleiros do Templo, em geral homens nobres e ricos, abandonavam todos os bens terrenos e entregavam-se por completo às regras rigorosas a que ficariam sujeitos durante toda a sua vida. Muito

embora mais tarde se registasse uma decadência ou pelo menos um atrouxamento do rigor, juravam consagrar a sua vida ao serviço de Deus, defender no temporal a fé cristã e os lugares santos e combater os seus inimigos, fazendo os votos de *pobreza, obediência e castidade*.

Constituíam pois, não só uma força militar única, já que um Templário nunca se rendia, aceitava a morte como um prêmio, lutava antes pelos bens sobrenaturais do que pelos bens terrenos, como também uma força moral inigualável. Não era em suma uma milícia mercenária, mobilizada para as guerras dos reis e dos senhores, mas uma «milícia de Deus», como lhe chamava S. Bernardo. Rodeando o Rei os seus Mes- tres e Freires-Cavaleiros de elite, instauravam um padrão ético e cavallheresco incitante e fascinante, na subordinação dos valores materiais aos espirituais.

Aquele referido sincronismo de datas indica perfeitamente o que se passou: durante a soberania do Conde D. Henrique o território está sujeito a Cluny; depois de D. Afonso Henriques é com o apoio moral e religioso dos Cistercienses e com o auxílio decisivo dos Templários que se faz a conquista, a ocupação e a cristianização do território. A independência portuguesa é pois marcada e qualificada pela convergência da super-estrutura borgonheza-lusitana e do espírito cristão, segundo o ideal Cisterciense e Templário, sob o magistério de S. Bernardo.

É no triângulo Guimarães/Braga, Tomar e Alcobaça que assenta a nova nação europeia. Aliás o Rei é um cavaleiro templário, o que explica a sua total identificação com a Ordem. Portugal será a ponta de lança afiada que irá ferir de morte o Islão, ao mesmo tempo que o espaço exemplar de um país missionado. Um reino cristão concebido e espiritualmente organizado, desde a origem, segundo um cristianismo trinitarista, ético, cruzado e apostólico de idealidade cavallheiresca, mariana e bernardina. A grande nave despojada de Alcobaça e a charola octogonal de Tomar simbolizam visivelmente a dupla consagração inicial do reino português, mas a consagração misteriosa das palavras de Cristo em Ourique corresponde ao carisma do direito divino. Alexandre Herculano e os historiadores positivistas e socialistas consideram-nas uma invenção dos cistercienses de Alcobaça, no período dos

Filipes, mas parece ter havido uma tradição anterior que não pode ser posta de lado tão facilmente e que a teologia da história pode aceitar, contrariamente às interpretações positivistas ou materialistas, pois o conceito de intervenção divina no mundo, embora de forma misteriosa, é o que fundamenta a filosofia providencialista e escatológica do *dever* histórico.

Tudo depende no fundo, das crenças ou da sensibilidade religiosa do próprio historiador, como homem. O milagre de Ourique não é mais improvável do que as aparições milagrosas da Virgem em Fátima ou Medugorje, na Jugoslávia. Aliás, todos vivemos de um sistema de crenças, seja em Deus, seja nas conquistas (sempre incompletas e insatisfatórias) da ciência, seja na materialidade do mundo, que não explica a energia e a unidade dos indivíduos, a invariância e a teleonomia das moléculas, dos genes, dos seres naturais. Todas as contas feitas, a interpretação do universo como um feixe de energias de origem divina e possuídas de um dinamismo em ordem ao sobrenatural ou da história humana como a de um criacionismo em livre movimento escatológico, assistido pela Providência ou pela Graça, ainda é a concepção que melhor responde, ainda que incompletamente, às interrogações humanas, já que a investigação científica nunca ultrapassou a análise fragmentária e desligada de fenómenos que estuda cada vez melhor nas suas leis e efeitos parciais, mas que não está hoje mais perto de entender na sua fonte originária, nos seus primeiros princípios, na sua teleonomia, na sua razão última, e já que o materialismo é uma metafísica pela epiderme, usada operativamente para fins político-ideológicos.

A falta de documentos coetâneos e comprovados a respeito do milagre de Ourique, aliás, não abona nem a favor nem a desfavor, pois todos nós, ao longo das nossas vidas e experiências, presenciámos ou soubemos de muitas coisas importantes de que não ficou documento escrito, sem que por isso tenham perdido realidade. Das motivações autênticas de actos políticos internos ou diplomáticos não constam os *Diários da República*, os discursos oficiais ou as reportagens jornalísticas, não sendo o segredo ou o sigilo sinónimos de nulidade. Isto para não falar sequer daquelas evidências íntimas, daquelas experiências pessoais que nunca chegam à exteriori-

zação, mas que sabemos conterem uma parcela considerável de verdade.

Antes da narrativa de Frei Bernardo de Brito, o cronista maldito por toda a historiografia positivista e materialista, há contudo referências literárias explícitas ao milagre de Ourique, à tradição das Cinco Chagas que então teriam sido doadas por Cristo a D. Afonso Henriques e ao juramento deste último na véspera da batalha.

As alusões do Bandarra (1500-1566) nas suas *Trovas*, são explícitas. Escritas entre 1530 e 1540, são pois muito anteriores à historiografia de Alcobaça:

As chagas do redentor,

E salvador

São as armas do nosso Rei;

Porque guarda bem a Lei,

E assim a grei

Do mui alto Criador,

Nenhum Rei, e Imperador

Nem grão Senhor,

Nunca teve tal final,

Como este por leal,

Por ser leal,

E das gentes guardador (114).

Destas trovas infere D. João de Castro, neto do famoso Vice-Rei da Índia, no seu texto intitulado *Paráfrase e Concordância de Algumas Profecias do Bandarra, Sapateiro de Trancoso*, datado de 1603: *com esta profecia se corrobora o juramento d'el-Rei D. Afonso Henriques; e ficam os inimigos da glória de Portugal, que lhe negam as cinco chagas por armas, convencidos e confusos em seus ditos e livros. Vendo Deus a incredulidade e inveja dos maus ajudados do grande desceido dos Portugueses, e maior culpa dos seus historiadores; quis conservar no fundo do esquecimento tantas centenas de anos aquele juramento; e confirmado depois nestes nossos tempos por boca do seu servo Bandarra, pelo qual quis manifestar seus segredos, afirmando e confirmando de*

novo a mercê que fez de dar as suas chagas por armas aos Reis de Portugal (210).

Um pouco antes de D. João de Castro escrevera Frei Bernardo de Brito na *Crónica de Cister* (211), o texto célebre sobre o milagre de Ourique, que Frei António Brandão reproduziria depois na *Monarquia Lusitana* (212). Sob a ocupação castelhana, os cistercienses continuavam a lutar pela independência portuguesa...

Vale a pena recordar alguns passos da narrativa de Frei Bernardo de Brito, até pela sua beleza literária.

Tendo-lhe sido anunciado um sinal divino por um velho que o procurou na sua tenda de campanha e que dele tinha sido advertido em sonho, terá sido durante a noite, à segunda vigia, que o nosso Infante observou da parte oriental um resplendor formosíssimo, o qual pouco a pouco se ia dilatando e fazendo maior. No meio dele viu o salutarifero sinal de Santa Cruz e nele encravado o Redentor do mundo, acompanhado em circuito de grande multidão de Anjos...

Mais adiante, e respondendo às palavras de D. Afonso, assim lhe terá falado Jesus Cristo: «Não te apareci deste modo para acrescentar tua fé, mas para fortalecer teu coração nesta empresa, e fundar os princípios do teu Reino em pedra firmíssima. Tem confiança, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as mais que derys aos inimigos da Fé Católica. Tua gente acharás pronta para a guerra, e com grande ânimo pedir-te-á que com titulo de Rei comences esta batalha; não divides de o accitar, mas concede livremente a petição, porque eu sou o fundador e o distribuidor dos impérios do mundo, e em ti, e tua geração, quero fundar para mim um Reino, por cuja industria será meu nome notificado a gentes estranhas. E porque teus descendentes conheçam de cuja mão recebem o Reino, comporás as tuas armas do preço com que compreí o género humano e daquele porque foi comprado dos Judaeus, e ficará este Reino santificado, amado de mim pela pureza da Fé e excelência de piedade».

O Infante D. Afonso, quando ouviu tão singular promessa, se prostrou de novo por terra, e adorando ao Senhor lhe disse:

«Em que merecimentos fundais meu Deus uma piedade tão extraordinária como usais comigo? Mas já que assim é,

ponde os olhos da vossa misericórdia em os successores que me prometis, conservai livre de perigos a gente portuguesa, e se contra ela tendes algum castigo ordenado, peço-vos o deis antes a mim e meus descendentes, e fique salvo este povo, a quem amo como único filho».

A tudo deu o Senhor resposta favorável, dizendo como nunca, dele, nem dos seus apartaria os olhos da sua misericórdia, porque os tinha escolhido por seus obreiros e sagradores, para lhe ajentarem grande seara em regiões apartadas (213).

Alguns decénios depois, na mesma ordem de ideias, viria o P.^o António Vieira a atribuir a Portugal a profecia bíblica do Quinto Império, interpretando-o em honra da nossa Nação, dizendo que a sua cabeça seria um rei português e o Reino de Portugal, fundando este pensamento principalmente nas palavras de Cristo a El-Rei D. Afonso Henriques: — *volo in et in semine tuo imperium mihi stabiliri* (214).

Decerto que a narrativa circunsciançada e romaneada de Frei Bernardo de Brito deve ter sido uma elaboração erudita realizada com fins patrióticos, até para levantar o ânimo dos Portugueses em tempo de ocupação estrangeira. Mas o seu teor literário não contradiz por si próprio a veracidade possível ou impossível da tradição. É precisamente o que sugere o historiador alemão Henrique Schaeffer que, citando António Pereira de Figueiredo e os seus *Novos Testamentos da milagrosa aparição de Christo a El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, 1786, a par de outros documentos, escreve: *Conquanto este documento seja reconhecido como falso, o que é, porém, digno de nota, é que uma tradição (que se pode seguir até aos tempos mais afastados da monarchia) aponta aquele milagre e relate as circunstâncias, que, no essencial, não são diferentes das indicadas no diploma dito* (215).

Não relevarão estes textos, realmente, de uma convicção secular fidedigna, transmitida de geração em geração? Não será esta uma das ocasiões em que a *arqueologia*, como ejiência dos princípios, deve preencher as lacunas do *documentalismo* escrito?

O certo é que os Portugueses tiveram sempre nos grandes séculos, a insuflar determinação e consciência de missão a sua actividade no mundo, uma transcendental confiança nos des-



tinis superiores da pátria, garantidos pelas divinas promessas (22), como escreveu Sampaio Bruno, *transcendental confiança* que a seu ver principiou a esbater-se com o *voltairianismo do começo do século*, infiltrando-se *na maneira de pensar da nossa gente e tendendo a diluir-se num cepticismo genérico, a partir do momento em que a tosca, cruel terra natal começaram a regressar os exilados do liberalismo...*

Para Sampaio Bruno o patriotismo português, que foi notório na Europa e para além dela, derivava em grande parte da *tradição nacional anónima* da aparição de Cristo em Ourique e do juramento de D. Afonso Henriques, muito anterior a D. João de Castro, a Frei Bernardo de Brito, a Frei António Brandão e ao próprio Bandarra...

4 — *Templarismo e Joanismo*

Muito embora sujeitos à regra religiosa de Cister e à sua própria, redigida por S. Bernardo, obedientes pois a Roma no espiritual e cristãos sobre os quais nunca impendeu ou se proprou heresia, pois a Ordem foi dissolvida pelo Papa Clemente V a instâncias de Filipe o Belo, sem que os seus membros tenham sido excomungados, os Templários formaram uma sociedade iniciática.

O mesmo é dizer que tiveram uma espiritualidade própria e procuraram realizar um projecto, para além do lado exterior e visível da sua acção. Entre outras formalidades da sua iniciação na Ordem, os Cavaleiros deviam responder *Sim, se Deus quiser*, às perguntas sucessivamente feitas pelo Mestre: se estavam dispostos a todas as tribulações, a partir a qualquer momento para a Palestina ou para a Síria, sem nunca discutir as ordens superiores, se acederiam a ser privados de comida, de sono, do luxo do seu vestuário e das suas armas, do seu tempo e da sua pessoa, se renunciariam ao pecado para servir Deus, se fariam profissão de pobreza e obediência para merecer a Salvação. O iniciando deveria ainda sobre o Evangelho aberto no cânone da Missa, jurar que não era casado, não estava noivo, não tinha dívidas, não pertencia a outra Ordem, gozava de boa saúde, não era padre, era de boa linhagem e não era excomungado.

Se não houvesse objeções dos irmãos presentes, o suplente deveria prometer obediência total ao Mestre e Superiores, pobreza e respeito estrito pelas regras, fidelidade à religião, ajuda total e leal à conquistista da Terra Santa ou à protecção e defesa das pessoas e bens da cristandade.

Em seguida, depois do Canto do Salmo *Ecce quam bonum*, era recitada a *Oração do Espírito Santo* e parece que era dado o beijo da paz na boca do novo irmão, com o sentido de comunicação do sopro divino, do sopro do Divino Paráclito. Antes de terminar a recepção, era-lhe oferecida uma corda sem nós, que a partir daí devia trazer sempre em volta da cintura, no duplo sentido de ligação à Ordem e de isolamento das forças maléficas.

No final da cerimónia, eram indicados ao neófito as punições que receberia no caso de transgressão, que podiam ir desde a fustigação até à expulsão da Ordem (23).

Uma das faltas mais graves era a da cobardia perante o inimigo. Para melhor compreender o espírito templário, vale a pena transcrever esta página em que Alexandre Herculano, a propósito da batalha em volta de Alcácer do Sal, no tempo de D. Afonso II, descreve não só a atitude guerreira dos Templários, mas ainda os castigos que receberiam se acaso fraquejassem na luta: *Os esquadros do Templo ao formarem-se para a batalha guardavam profundo silêncio, que só era cortado pelo ciciar do balaão bicolor (negro e branco) que os guiava despregado ao vento e dos longos e alvos mantos dos cavalleiros que se agitavam. A voz do mestre uma trombeta dava o sinal de combate e os freires, erguendo os olhos ao céu, entoavam o Hymno de David: Não a nós, Senhor, não a nós! mas dá glória ao teu nome! — Então, abaixando as lanças e esperando os ginetes, arrojavam-se ao inimigo, como a tempestade, envoltos em turbilhões de pó. Primeiros no ferir, eram os últimos a retirar-se quando assim lh'o ordenavam. Desprezando os combates singulares, preferiam acometer as columnas cerradas, e para elles não havia recuar: ou as dispersavam ou morriam. A morte era, de feito, mais bella para o templário que vida comprada com a cobardia. Bastava que não atingisse ao typo de valor humano, como os velhos guerreiros da ordem o concebiam, para ser punido por fraco. A cruz vermelha, distinctivo da corporação, sobre o manto branco*

- (205) *Ibid.*, pg. 85.
- (206) Prisciliano nasceu em 345, na região galaico-duriense, sendo de família nobre. Começou a prégar em 379 e morreu em 385.
- (207) Otero Pedrayo, *Ensaio sobre a Cultura Galega*, trad. port. (Guimarães Ed., Lisboa), 1954, pg. 54.
- (208) Pinharanda Gomes, *A Patrologia Lusitana*, Ed. Lello e Irmão, Porto, 1983, pg. 134.
- (209) S. Freud, *Moisés y la religion monoteísta*, trad. espanhola, Ed. Losada, S. A., Buenos Aires, 1945.
- (210) Este tema é desenvolvido no nosso livro *Introdução à Filosofia da História*, Ed. Verbo, Lisboa, 1982, Cap. *De Santo Agostinho a Paulo Orosio*, pgs. 29 a 34.
- (211) Pinharanda Gomes, *Patrologia Lusitana*, II Vol. da *História da Filosofia Portuguesa*, obr. cit., pgs. 182 a 189.
- (212) *Ibid.*, pg. 185.
- (213) Cit. por René Guénon in *Saint Bernard*, Editions Traditionelles, Paris, 1977, pg. 17. Nesta apreciação da obra de S. Bernardo seguimos também os livros *La Théologie mystique de Saint Bernard*, de Gilson, Livr. J. Vrin, Paris, 1949, *La plus grande aventure du monde-Giteaux*, de François Cali, Ed. Arthaud, Paris, 1956, *Nouveau visage de Bernard de Clairvaux*, de Jean Leclercq, Ed. Cerf, Paris, 1976, bem assim como a excelente rubrica sobre o Santo na Enciclopédia Luso-Brasileira Verbo, vol. 3, col. 1167 a 1171, assinada por J. Mattoso.
- (214) *Ibid.*, pg. 20.
- (215) *Ibid.*, pg. 15.
- (216) René Guénon, obr. cit., pg. 15 e 16.
- (217) Dante Alighieri, *La Divine Comédie*, obr. cit., Canto XXXIII, 52.
- (218) *Ibid.*, Canto XXXIII, 142-145.
- (219) Etienne Gilson, *La théologie mystique de Saint Bernard*, Livr. J. Vrin, Paris, 1949, pg. XXV.
- (220) A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, I Vol., Ed. Agora, 3.ª ed., Lisboa, 1973, pg. 66.
- (221) Vieira Guimarães, *A Ordem de Cristo*, Typographia da Empreza da História de Portugal, Lisboa, 1901, pg. 3.
- (222) H. Schaeffer, *História de Portugal*, obr. cit., pg. 26.
- (223) Vieira Guimarães, *A Ordem de Cristo*, obr. cit.; Schaeffer, *História de Portugal*, I Vol., obr. cit.
- (224) «Profecias» de *Bondarra*, *Sapateiro de Trancoso*, Ed. Vega, Lisboa, s/ data, pg. 64. Variante dos últimos versos: *Senão vós bom Portugal / Por ser leal. / E das gentes amador.*

- (215) Ed. Lopes da Silva, Porto, 1942, Ver o II Vol. da nossa obra *A Teoria da História em Portugal*, Ed. Espiral, Lisboa, 1967, pg. 102.
- (216) Livro III, Cap. II, Alcobaça, 1602.
- (217) Parte III, Livro X, Cap. V.
- (218) *Monarquia Lusitana*, obr. cit.
- (219) António Vieira, *Defesa do livro intitulado «Quinto Império»*, que é a apologia do livro «*Claui Prophetarum*» e *respostas das proposições censuradas pelos Inquisidores, estando recluso nos cárceres do Santo Offício de Coimbra*, in *Obras Escolhidas*, Vol. VI, Liv. Sá da Costa, Lisboa, obr. cit.
- (220) H. Schaeffer, *História de Portugal*, I Vol., obr. cit., pg. 38.
- (221) Sampaio Bruno, *O Encoberto*, Livr. Moreira Editora, Porto, 1904, pg. 285.
- (222) J. H. Probst-Biraben, *Les Mystères des Templiers*, Ed. Cahiers Astrologiques, Nice, 1947, pg. 21 a 24. De todos os numerosos livros que consultamos sobre o templarismo, a maioria dos quais sem qualidade ou mesmo seriedade, este é sem dúvida o melhor e o mais fundamentado.
- (223) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Tomo IV, Liv. Bertrand, 9.ª ed., Lisboa, sem data, pgs. 87 e 88.
- (224) Vieira Guimarães, *A Ordem de Cristo*, obr. cit., pg. 50.
- (225) J. H. Probst-Biraben, *Les Mystères des Templiers*, obr. cit., pg. 17.
- (226) *Ibid.*, pg. 48.
- (227) *Ibid.*, pg. 29.
- (228) *Ibid.*, pg. 145.
- (229) *Ibid.*, pg. 27.
- (230) Santo Agostinho, *La Cité de Dieu*, trad. francesa, Libr. Garnier, Paris, 1946, Tomo II, Livro X, Cap. XXXII, pg. 509.
- (231) João, 16, 7, 8, 13, in *Bíblia Sagrada*, Ed. Verbo, Lisboa, 1982, pg. 1226.
- (232) Apocalipse, 21, 2 a 4, in *Bíblia Sagrada*, obr. cit., pg. 1416.
- (233) *Ibid.*, 21, 9 a 11, pg. 1417.
- (234) *Ibid.*, 21, 22 a 27.
- (235) Santo Agostinho, *La Cité de Dieu*, obr. cit., pg. 511.
- (236) J. H. Probst-Biraben, *Les Mystères des Templiers*, obr. cit., pg. 52.
- (237) *Ibid.*, pg. 53.
- (238) *Ibid.*, pg. 107.
- (239) *Ibid.*, pg. 111.
- (240) José António dos Santos, *Monumentos das Ordens Militares do Templo e de Cristo em Tomar*, Lisboa, 1982.